

Memória da reunião conjunta das Comissões Executivas do PPCDAm e PPCerrado

Data/horário: 02 de agosto de 2016, das 14h30 às 18h.

Local: Ministério do Meio Ambiente, Esplanada dos Ministérios, 8º andar.

Abertura: Everton Lucero, Secretário de Mudanças Climáticas do MMA

Condução da reunião: Dra. Thelma Krug, Diretora DPCD/SMCQ/MMA

Elaboração da memória: Secretaria Executiva do PPCDAm e PPCerrado (DPCD/MMA)

Participantes: Lista de presença em anexo.

Assuntos tratados:

1. Abertura (Secretário Everton Lucero)

- A reunião teve início com a fala do Sr. Everton Lucero, Secretário de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente (SMCQ/MMA). O Secretário enfatizou a necessidade de fortalecer o PPCDAm e o PPCerrado, inclusive como espaços de articulação já instituídos há anos.
- Informou que o Ministro do Meio Ambiente buscará utilizar essas instâncias de governança existentes para ampliar a participação da sociedade civil e a transparência. Frisou ainda a relevância de promover a articulação com os Estados e Municípios, tendo em vista que o combate ao desmatamento é uma competência compartilhada entre os entes federados.
- Mencionou a produção e o lançamento dos dados do monitoramento anual do Cerrado e do sistema de detecção em tempo real a partir de 2017, além de aprimorar e desenvolver instrumentos econômicos que reduzam o desmatamento, como o caso da Moratória da Soja.
- O Secretário frisou ainda a importância de ampliar e fortalecer as concessões florestais e o Manejo Florestal Sustentável. Para isso, o Ministro irá rever o rito burocrático das Concessões, de modo a dar agilidade ao processo.
- Informou que é preciso reforçar e pautar as instâncias superiores sobre a importância dos Planos, dando envergadura política à agenda, com o objetivo de alçar novos resultados e de dar visibilidade aos Planos frente à sociedade, ao governo e ao Congresso Nacional. Mencionou ainda o papel fundamental da regularização fundiária e a necessidade de maior envolvimento da Casa Civil na condução deste tema. Um dos objetivos do MMA é unir esforços para implementar uma política florestal integrada, dentro da qual o PPCDAm e o PPCerrado têm papel central. Afirmou ainda que a importância de ter em conta a biodiversidade e o combate ao fogo.

2. Pauta

- 1. Principais resultados das Oficinas de Revisão do PPCDAm e PPCerrado (27 a 30 de junho de 2016)**
- 2. Proposta de objetivos dos planos**
 - 2.1. Exemplo de estrutura lógica

2.2. Validação dos objetivos

2.3. Priorização territorial

3. Proposta de Modelo de Governança

3.1. Validação da proposta

4. Encaminhamentos

5. Definição da data e dos participantes da próxima reunião das Comissões

3. Apresentação dos resultados das Oficinas

- Thelma Krug, diretora do DPCD/MMA, fez a apresentação da pauta e do resultado das Oficinas realizadas no final de junho com os setores privado, da sociedade civil, dos estados e do governo federal. Informou que o Relatório Completo sobre as oficinas estará disponível em breve, tão logo seja finalizado pela equipe do DPCD.
- Thelma frisou as diferenças e semelhanças entre as demandas dos setores. Entre as semelhanças está o pedido de regulamentação do Código Florestal. Mencionou que o resultado das oficinas foi um dos subsídios para a formulação da proposta de objetivos para o PPCDAm e o PPCerrado e que as contribuições foram muito importantes para as reflexões inerentes à construção da nova fase dos Planos.
- Além do trabalho presencial nas oficinas, o DPCD ampliou o debate realizado, disponibilizando formulários online para que as instituições que não estiveram presentes no evento pudessem dar a sua opinião sobre as questões colocadas na programação das oficinas. Os formulários eletrônicos foram então enviados a diversas pessoas do setor privado, da sociedade civil e dos estados (Secretarias de Meio Ambiente, Agricultura e Terras, quando existentes). Ainda que valiosas as contribuições recebidas, as respostas não corresponderam ao esperado, sendo em pequeno número.
- Também foi apresentado o cronograma de trabalho para construção da nova fase, destacando a realização de reuniões bilaterais entre a equipe do DPCD/MMA e alguma das instituições que devem ser responsáveis por indicadores de resultado dos Planos (ICMBio, SFB e IBAMA). A partir das reuniões realizadas, percebeu-se a necessidade de revisão dos objetivos e dos resultados relacionados ao modelo lógico dos Planos.

4. Apresentação da Proposta de Objetivos para o PPCDAm e o PPCerrado

- Lívia Borges (equipe técnica do DPCD/MMA) apresentou a Proposta Preliminar dos novos Objetivos dos Planos com o intuito de compartilhar o exercício de construção que vem sendo desenvolvido pelo MMA. A ideia foi pactuar novos objetivos mais focados, para PPCDAm e PPCerrado, a princípio em conjunto, para eventualmente separar em dois planos se assim for decidido pelas instâncias políticas. Contudo, a construção da estrutura lógica vem sendo desenvolvida em conjunto, com um olhar global Amazônia e Cerrado, atentando para suas especificidades e semelhanças.
- A proposta de estrutura lógica apresentada pelo DPCD como organização do Plano consiste em elaborar: Objetivos, resultados esperados, indicadores (insumo, processo e resultado) e ações. Cada objetivo pode ter um ou mais resultados esperados e cada

resultado também poderá possuir um ou mais indicadores. As ações serão declaradas para comunicar quais são as iniciativas das instituições que estão sendo realizadas para atingir os resultados esperados, sendo medidos pelos indicadores.

- Adicionalmente, a elaboração dos objetivos e a declaração da atuação dos Planos deverá ter em conta as camadas de priorização territorial e o horizonte temporal do impacto das ações a serem desenvolvidas. Entre as camadas territoriais utilizadas para priorização estão: os municípios prioritários, as áreas sob alta pressão de desmatamento e as categorias fundiárias com maior concentração do desmatamento na região.

4.1 Considerações da plenária sobre os Objetivos Preliminares

- [INPE]: Comentou sobre o objetivo 4 (Aprimorar o monitoramento da cobertura vegetal), afirmando ser uma declaração vaga, com necessidade de explicitar realmente o que será realizado.
- [MMA]: Esclareceu que o intuito é declarar o objetivo de modo amplo e detalhar nos resultados esperados.
- [SFB]: Indagou se a categoria “Glebas”, apresentada como uma das áreas com mais desmatamento, corresponde mais precisamente às “Glebas não destinadas”? Indagou ainda qual a posição do Cadastro Ambiental Rural no conjunto dos objetivos, declarando o alto potencial da ferramenta. Questionou ainda sobre a ausência da recuperação de áreas (APP e RL), tendo em vista o horizonte do Programa de Regularização Ambiental e a implementação do Código Florestal.
- [MMA]: Informou que sim, a categoria “Glebas” representa as glebas federais não destinadas. Quanto às ações relacionadas ao CAR, o MMA agendará uma reunião bilateral com o SFB para finalizar os indicadores e resultados associados. Com relação à agenda de recuperação, ainda não há definição se elas serão incluídas nos Planos, dado que o intuito inicial é de focar na prevenção e controle do desmatamento e não adentrar na temática da recuperação florestal, objeto de outras políticas.
- [ANA]: Pontuou que devem ser levados em conta quais são as atividades que realmente impactam no desmatamento. Como exemplo, sabe-se que 6% da Amazônia é ocupada por lavouras e 65% por pecuária. Nesse caso, importante lembrar a baixa produtividade da pecuária, de menos de 1 cabeça por hectare. Atualmente, a produtividade é aproximadamente 1,7 cabeça por hectare. E que a moratória da soja fez com que as áreas de agricultura se expandissem sobre áreas de pastagem, produzindo, porém, um efeito colateral de deslocar a pecuária para novas áreas de floresta. É necessário, assim, trabalhar com a rastreabilidade da cadeia da carne.
- [IBAMA]: Concordou que é necessário aumentar a produtividade da pecuária e lembrou que, no objetivo 4 (Aprimorar o monitoramento da cobertura vegetal) faltaria incluir a iniciativa do monitoramento por radar do SIPAM (Amazônia-SAR). Comentou que seria interessante medir o tempo de cobertura por nuvens de alguns polígonos e a velocidade de crescimento do polígono. Ainda comentou sobre a necessidade de se avaliar a efetividade da política de municípios prioritários. Segundo análises feitas pelo IBAMA, o desmatamento dos municípios é reduzido apenas no primeiro ano após a entrada na lista de prioritários, de modo que a dinâmica se restabelece ao longo dos anos. Comentou que, mais do que alterar os critérios de entrada e saída dos municípios da lista, é preciso que se defina quais ações serão levadas até eles e se irá operar a lógica

da recompensa ou da punição. Um exemplo de critério que precisa ser revisto é a exigência de CAR, pois agora, fazer o CAR já virou obrigação legal, um cenário distinto daquela no qual a política de municípios prioritários foi criada.

- [IBAMA]: Lembrou que talvez a mudança precisasse começar pelo nome: no lugar de “municípios prioritários para o combate ao desmatamento”, utilizar “municípios com desmatamento crítico”.
- [MP]: Fez a ressalva de que o município não é uma ilha no território, mas sim inserido em uma região que responde por uma dinâmica maior com relação ao desmatamento. Nesse sentido, é preciso avaliar não apenas a dinâmica de desmatamento no município, mas principalmente o município dentro de uma dinâmica regional. Além disso, sugeriu que não se trabalhe apenas com punição a esses municípios.
- [INPE]: Teceu comentários acerca da proposta de objetivo 4 (Aprimorar o monitoramento da cobertura vegetal), indagando a razão dos termos utilizados. Aprimorar quanto? Para quê? Sugeriu que seja formulado um objetivo específico para o fortalecimento institucional do IBAMA, pois o monitoramento será sempre aprimorado, mas o IBAMA não conseguirá dar vazão à fiscalização do enorme número de áreas monitoradas pelo INPE. Os planos deveriam ter objetivos de fortalecimento institucional tanto do IBAMA quanto do INPE/MCTI. Além da questão do monitoramento, será necessário avançar no diálogo federativo para sucesso no combate ao desmatamento.
- [INPE]: Acrescentou que, além da Amazônia, a partir de 2017, o INPE fornecerá dados ao IBAMA sobre o desmatamento no Cerrado, sobrecarregando ainda mais a instituição.
- [INPE]: Chamou a atenção e indagou se o PPCDAm vem dialogando com os Planos estaduais de Combate ao Desmatamento.
- [MAPA]: Ponderou que, de acordo com o foco prioritário proposto pelo MMA, os Planos serão focados em áreas onde há grande chance de o desmatamento ser legal (áreas privadas), ao invés de centrar esforços naquele desmatamento que é sabidamente ilegal, que é aquele que ocorre em terras indígenas e unidades de conservação. Solicitou uma reunião bilateral com a Secretaria Executiva para tratar da iniciativa do MAPA que colaboram para a redução do desmatamento.
- [FUNAI]: Chamou a atenção que as terras indígenas e as unidades de conservação não possuem a mesma dinâmica que as áreas privadas. Lembrou ainda que a atuação nas terras indígenas precisa atentar para demandas que ainda não estão sendo consideradas, como, por exemplo, licenciamento de atividades em terras indígenas, inclusive para atividades não tradicionais. Nesse sentido, há uma demanda por regulamentação sobre uso em terras indígenas. O MMA e suas vinculadas têm um papel fundamental na formulação dessas normas de uso também.
- [IBAMA]: Questionou sobre quais serão efetivamente as ações dos Planos para os próximos anos. Alertou para o fato de que a mensuração do corte raso é uma medida do final de um processo que se inicia com a erosão florestal (degradação florestal), que não tem sido medido e olhado. Apesar da necessidade de fortalecimento do IBAMA, é preciso entender que a fiscalização ambiental tem um ônus social e laboral do governo, não podendo ser o único canal de comunicação com a sociedade. Nesse escopo, a fiscalização é uma medida emergencial, mas não pode ser a única para a redução do

desmatamento, pois, mesmo com o fortalecimento das instituições, não é possível combater 100% do desmatamento ilegal se outras alternativas e ações estruturantes não forem colocadas em prática.

- [IBAMA]: Com relação ao combate ao desmatamento, mencionou que a competência não é apenas federal, mas dos estados e municípios. O desafio é justamente engajar os demais entes federativos na redução do desmatamento, fazendo-os assumir as suas responsabilidades na gestão compartilhada. Além dos estados e municípios, é preciso engajar o legislativo estadual, incluindo a Justiça e as polícias civis. Será uma solução normativa, um decreto? Um dos exemplos é aquele do pacto pelo desmatamento zero feito pelos estados do Mato Grosso e do Acre com o MMA, mas que dificilmente será cumprido nas atuais condições.
- [CENSIPAM]: Corroborou com a sugestão de fortalecimento institucional do IBAMA como um dos objetivos dos Planos e solicitou uma reunião bilateral com a Secretaria Executiva para tratar da iniciativa do CENSIPAM de desenvolvimento do monitoramento da Amazônia por radar (Amazônia-SAR).
- [ICMBio]: Indagou sobre a inserção das ações relacionadas às unidades de conservação na proposta preliminar do objetivo 6 (Promover o ordenamento territorial). Segundo o instituto, apenas quatro unidades de conservação federais respondem por 73% do desmatamento em todas as UCs federais na Amazônia, corroborando a necessidade de focar as ações em determinados territórios críticos. Na Amazônia, a consolidação é realmente importante, mas no Cerrado, caberá a criação de novas unidades, tendo em vista o baixo percentual de áreas protegidas. Comentou sobre a necessidade de integração entre as ações dos órgãos federais e de fortalecimento das áreas protegidas.

5. Apresentação sobre a proposta do novo modelo de governança dos Planos

- Raul Oliveira (Gerente-substituto do DPCD/MMA) apresentou às Comissões a proposta do novo modelo de governança da próxima fase (2016 a 2020). A proposta levou em consideração o decreto que cria a estrutura de governança dos Planos (Decreto de 3 de julho de 2003 e alterações) e a necessidade de dar maior importância e agilidade à instância da Comissão Executiva, lembrando de fortalecer as discussões técnicas sobre o andamento das ações dos Planos e de promover o diálogo com demais setores (entes federados, sociedade e setor produtivo).
- A nova estrutura proposta resgata os Grupos de Trabalho por eixos dos Planos, cria as Câmaras Temáticas para debater assuntos essenciais, inclusive convidando os demais setores (estados, municípios, sociedade civil, setor produtivo) e unifica as instituições participantes do PPCDAm e do PPCerrado, de forma a compor a Comissão Unificada. A Comissão Unificada representa a união das Comissões Executivas do PPCDAm e do PPCerrado, principalmente porque há sobreposição das instituições participantes, facilitando o diálogo e a participação de todas as instituições.

5.1 Considerações da plenária sobre a Proposta do Modelo de Governança

- [IBAMA]: Comentou sobre a necessidade de alinhamento das responsabilidades entre o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente (GGI) e a estrutura de governança do PPCDAm. Frisou que é preciso realizar a gestão do PPCDAm e do PPCerrado como um grande projeto, aprimorando o seu gerenciamento.

Ressaltou que é preciso o envolvimento dos ministérios, não apenas do MMA. Além disso, os demais entes precisam se engajar. Atualmente, o que se observa é que o tema desmatamento voltou a ser um problema apenas da área ambiental, o que precisa ser revertido com a participação mais ativa dos demais ministérios.

- [ANA]: Informou que, diante da ausência da ANA no rol dos convidados permanentes da proposta de governança, fará uma discussão interna para decidir sobre a pertinência ou não de sua participação na Comissão Executiva Unificada do PPCDAm e do PPCerrado. Efetivamente, a ANA possui duas iniciativas que podem dialogar com os Planos: os planos de bacia e o programa produtor de águas. No caso dos planos de bacia, alguns deles possuem indicação de áreas para recarga de aquífero. No caso do Programa Produtor de Águas, incide sobre a recuperação de mata ciliar no Cerrado.
- [MP]: Sugeriu que os estados participem da Comissão como convidados permanentes.
- [MMA]: Após as intervenções, a Diretora do DPCD, Thelma Krug, perguntou à Comissão sobre a validade ou não do modelo proposto. A Comissão concordou com o modelo, tendo em vista o ajuste ainda não decidido sobre a inclusão ou não da ANA e do *locus* de participação dos estados.

6. Encaminhamentos

- [MMA]: Não havendo mais inscritos, a diretora do DPCD agradeceu as intervenções e sugeriu a realização de reuniões quinzenais da Comissão Executiva Unificada durante o processo de revisão dos Planos.

Tarefa	Responsável	Prazo
1. Enviar apresentações e memória da reunião;	DPCD	05/08
2. Continuidade das reuniões bilaterais para elaboração dos objetivos, resultados, indicadores e ações dos Planos	DPCD e Instituições	Agosto e setembro
3. Próxima Reunião da Comissão Unificada quinzenalmente durante a revisão	DPCD	26/08
4. Revisão dos documentos	Comissão Executiva e DPCD	19 a 30/09
5. Publicação e lançamento da nova fase dos planos	MMA	Outubro de 2016

Brasília, 8 de agosto de 2016.

Secretaria Executiva do PPCDAm e PPCerrado
Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento
Ministério do Meio Ambiente